



rtomazelli@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Rondinelli Tomazelli (interino)



O ambiente envenenado

Virou obrigatório à força, mas o meio ambiente deixou de ser pauta periférica e passou para o centro das prioridades dos gestores, parlamentares e candidatos. Prova disso é a magnitude de desastres como o da Samarco no Rio Doce e a falta de água nas cidades. São urgências que demandam nova relação dos políticos com a “sustentabilidade” - conceito, outrora, considerado distante e idealizado.

É processo novo no Brasil, forçado nas contingências da realidade. Como sofre na pele, a sociedade amadurece a relação com o ambiente no cotidiano. Conforme o cientista político Luis Felipe da Graça, pesquisador da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV/DAPP, o Brasil cresceu nesse debate e criou, inclusive, políticas sobre destinação de resíduos sólidos. “A lei atual foi feita em processos legislativos muito longos. Andamos pra frente por pressão da sociedade civil. Ape-

sar de ser tema muito importante, principalmente para Estados e municípios, ainda não virou pauta central no debate entre os candidatos, mas vai aparecer”.

Para Graça, a agenda ganhará consistência na disputa por prefeituras capixabas em função da tragédia da lama no vale do Doce. Sua ressalva é a possível diluição do tema em meio à crise fiscal dos Estados e municípios, à crise econômica e ao debate político em si. Além disso, assinala, os candidatos terão dificuldades de ações por situar-se na esfera dos Estados a grande parte da legislação ambiental sobre água, mineradoras etc.

“Por mais que seja mais forte do que antes, a sustentabilidade ambiental fica em segundo plano no sentido de se apre-

sentar processos legislativos e normativos que sirvam de resposta e reforço contra casos como o da Samarco, com medidas para que esses eventos tenham efeitos reduzidos a longo prazo”, salienta Graça.

Até agora, completa o especialista, o meio ambiente não foi agenda positiva clara de nenhum governo empossado. “Apesar dos muitos casos recentes de problemas ambientais, desde Mariana (Samarco) até São Paulo, ainda é uma pauta transversal. Nenhum ator da cena nacional tem o meio ambiente como ponto crucial”. Por isso, os políticos precisam recalibrar discurso e prática. Por falta de

cultura de prevenção, prefeitos e governadores reagem sem planejamento, nem o menor entendimento dos gargalos.

Recursos hídricos, conservação florestal e estrutura básica de saneamento configuram ativos econômicos. E intempéris da natureza, seca, falta de água, poluição e oscilações intensas do clima atingem e desequilibram todas as regiões. E isso exige tratamento mais qualificado de políticas ambientais numa escala do poder público que, basicamente, se restringia ao tripé de Saúde, Educação e Segurança.

Com direito a foto, o encontro sobre a legislação nova de áreas de marinha mostra Luciano Rezende e Ricardo Ferraço cada vez mais próximos. Criaram um grupo de trabalho para esclarecer a população.

